

Se no decorrer do presente trimestre se notar a alta dos preços ou escassez no mercado de qualquer dos géneros mencionados na presente tabela, poderá a Comissão Reguladora de Exportação de Produtos Agrícolas propor o que julgar conveniente, a fim de regular a respectiva exportação de harmonia com a situação económica do país.

Paços do Governo da República, 9 de Abril de 1924. — O Ministro da Agricultura, *Joaquim António de Melo e Castro Ribeiro*.

## MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior

1.ª Repartição

Decreto n.º 9:583

Considerando que a Faculdade Técnica da Universidade do Porto dispõe para a regência de vinte e quatro cadeiras anuais e oito semestrais apenas de doze professores, auxiliados por seis primeiros assistentes e sete segundos assistentes, não podendo estes, pelo disposto no artigo 62.º do respectivo regulamento de 29 de Janeiro de 1921, exercer regência de cadeiras;

Considerando que se torna impossível distribuir a regência das trinta e duas cadeiras pelos doze professores e seis primeiros assistentes;

Considerando que se trata de cadeiras constituindo especialidades técnicas, para cuja regência há dificuldade em encontrar pessoal competente;

Considerando que entre os segundos assistentes, que são engenheiros diplomados, se encontram alguns especializados e competentes para a regência de certos cursos, e que é de urgência atender ao funcionamento regular dos mesmos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º É aumentado no capítulo 20.º, «Disposições transitórias», do regulamento da Faculdade Técnica da Universidade do Porto o seguinte artigo:

Artigo 209.º Enquanto se mantiver o quadro de professores e primeiros assistentes fixado neste regulamento e não seja possível prover a regência de todas as cadeiras ou cursos nas condições nele estabelecidas, pode o Conselho Escolar, excepcionalmente, entregar a regência de algumas cadeiras ou cursos aos segundos assistentes, engenheiros diplomados, com bom e efectivo serviço, que julgue habilitados com especial preparação para essas regências.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 9 de Abril de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Helder Armando dos Santos Ribeiro*.

Direcção Geral de Belas Artes

1.ª Repartição

Decreto n.º 9:584

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros do Interior e da Instrução Pública, decretar o seguinte:

Artigo 1.º A inspecção superior de todos os teatros e

espectáculos públicos é exercida pelo Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Direcção Geral de Belas Artes e seus delegados.

Art. 2.º O director geral de Belas Artes, como inspector geral dos teatros, terá superintendência em todas as casas de espectáculos públicos, competindo-lhe intervir em quaisquer assuntos teatrais que por lei não sejam atribuídos exclusivamente a outras entidades, e em especial:

1.º Promover a adopção de medidas de carácter geral que se tornarem convenientes para acautelar os interesses da arte, do público, da moral social e do prestígio das instituições;

2.º Fiscalizar a organização de excursões artísticas, e respectivos contratos, à província, ilhas e colónias, assim como, de acordo com o commissário geral dos serviços de emigração, a países estrangeiros;

3.º Propor a concessão de subsídios tendentes a proteger e divulgar a arte nacional;

4.º Dirigir a organização de estatística das casas de espectáculos públicos e do cadastro geral dos artistas;

5.º Propor ao Governo os regulamentos e as providências necessárias à boa execução destes serviços.

§ único. Torna-se obrigatória, quer para as empresas quer para os artistas, a remessa das indicações que, para o efeito da estatística e cadastro, forem necessárias à Direcção Geral de Belas Artes, bem como a sujeição às prescrições que se estatuírem para a execução do determinado no n.º 2.º deste artigo, e em especial para a aprovação de contratos.

Art. 3.º O director geral de Belas Artes e os funcionários seus delegados terão, mediante a apresentação do respectivo bilhete de identidade, livre acesso em todas as casas de espectáculos públicos e suas dependências, devendo ser-lhes concedidas as facilidades necessárias para que possam exercer cabalmente as funções de inspecção e fiscalização que lhes incumbem.

Art. 4.º Toda a correspondência com o Governo sobre assuntos teatrais será dirigida à Direcção Geral de Belas Artes, no Ministério da Instrução Pública, correndo o expediente respectivo pela 1.ª Repartição daquela Direcção Geral.

Art. 5.º Aos governadores civis continuam competindo as atribuições que, como inspectores dos teatros, são designadas na portaria de 20 de Abril de 1870 e não contrariarem as disposições do presente decreto, devendo corresponder-se, sobre assuntos teatrais, directamente com o Ministério da Instrução Pública, ao qual deverão prestar o seu concurso para assegurar a execução destes serviços.

§ único. Aos commissários do Governo junto dos teatros do Estado ficam pertencendo as atribuições que, relativamente às outras casas de espectáculos públicos, são cometidas aos governadores civis como inspectores dos teatros.

Art. 6.º Da decisão da autoridade administrativa sobre a suspensão ou proibição de espectáculos haverá recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho Teatral, que, ouvido o respectivo empresário ou o seu representante com procuração, se pronunciará em relatório fundamentado, que será submetido à apreciação do Ministro da Instrução Pública e publicado no *Diário do Governo* com o respectivo despacho.

§ único. O Conselho Teatral conhecerá, em recurso, dos conflitos entre artistas e empresários, ouvidos previamente os interessados ou seus representantes, nos termos indicados neste artigo.

Art. 7.º É extinta a comissão de censura teatral instituída por decreto de 29 de Março de 1890.

Art. 8.º Funcionará junto do Ministério da Instrução Pública o Conselho Teatral, mantido pelo artigo 83.º do decreto n.º 9:088, de 30 de Agosto de 1923, sendo constituído por cinco vogais natos e seis electivos triennais, sob a presidência do director geral de Belas Artes.

§ 1.º Serão vogais natos do Conselho Teatral:

- O governador civil de Lisboa;
- O chefe da 1.ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes;
- O director da Escola da Arte de Representar;
- O commissário do Governo junto do Teatro Nacional de Almeida Garrett;
- O administrador do mesmo Teatro.

§ 2.º Serão vogais electivos:

- Um eleito pela Academia de Ciências de Lisboa (secção de letras);
- Um eleito pelos artistas societários e aposentados do Teatro Nacional de Almeida Garrett;
- Um eleito pela Associação de Classe dos Empresários Teatrais;
- Dois eleitos pela Associação de Classe dos Trabalhadores do Teatro (um do núcleo dos autores e outro do núcleo dos actores);
- Um crítico teatral eleito pelos críticos teatrais da imprensa de Lisboa.

§ 3.º Servirá de secretário do Conselho Teatral um funcionário da 1.ª Repartição designado pelo director geral de Belas Artes.

§ 4.º São mantidas as eleições efectuadas nos termos

do § 4.º do artigo 83.º do decreto n.º 9:088, de 30 de Agosto de 1923, devendo contar-se desde essa data o primeiro triénio.

§ 5.º As resoluções do Conselho Teatral são por votação nominal e, em caso de empate, o director geral de Belas Artes terá voto de qualidade.

§ 6.º O expediente do Conselho Teatral correrá pela 1.ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes.

Art. 9.º Terão entrada gratuita em todos os teatros e espectáculos públicos o Ministro da Instrução Pública, o director geral de Belas Artes, o chefe da Repartição dos Teatros (1.ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes), o governador civil e seus delegados, bem como as pessoas que o acompanharem, e o commissário geral dos serviços de emigração, ficando assim restringido e revogado o que acêrca de reserva de lugares dispõe o decreto de 4 de Outubro de 1860.

Art. 10.º O Ministério da Instrução Pública, pela Direcção Geral de Belas Artes, incluirá num único diploma toda a legislação teatral em vigor.

Art. 11.º O Ministério da Instrução Pública nomeará uma comissão que, além do director geral de Belas Artes como presidente, e do chefe da 1.ª Repartição como secretário, será constituída pelo governador civil de Lisboa, director da Escola de Arte de Representar, commissário do Governo junto do Teatro Nacional de Almeida Garrett, um representante da Associação de Classe dos Empresários Teatrais e dois representantes da Associação de Classe dos Trabalhadores do Teatro, um do núcleo dos autores e outro do núcleo dos actores, a qual, dentro do prazo de três meses a contar da sua instalação, elaborará um projecto de Código dos Teatros, baseado na legislação vigente.

Art. 12.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior e da Instrução Pública assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 9 de Abril de 1924. — MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alfredo Ernesto de Sá Cardoso* — *Helder Armando dos Santos Ribeiro*.